



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006717-74.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **CONGREGAÇÃO DAS RELIGIOSAS DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO**
 Requerido: **Richard Cervini**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

RELATÓRIO

CONGREGAÇÃO DAS RELIGIOSAS DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO, mantenedora do Colégio São Carlos, move ação de cobrança contra RICHARD CERVINI, por conta de mensalidades de serviços educacionais, inadimplidas.

O réu, citado, não contestou.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, II do CPC, pois o réu, citado, não contestou.

A ação é procedente. A revelia firma presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial; se não bastasse, há prova documental das alegações da autora, quanto à matrícula e frequência do aluno que o réu representa.

Todavia, devem ser excluídos os honorários previstos no contrato, que não prevalecem, pois o arbitramento dos honorários dá-se segundo as regras estabelecidas no CPC, em seu art. 20.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo procedente a ação e CONDENO o réu a pagar à autora R\$ 6.055,16 com atualização monetária e juros moratórios desde a propositura da ação. CONDENO o réu, ainda, nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, considerada a simplicidade da causa e a ausência de contestação, em 10% sobre o valor da condenação.

Fica(m) desde já o(s) réu(s) intimado(s) de que o termo inicial para pagamento voluntário no prazo de 15 dias, nos termos do art. 475-J do CPC, sob pena de incidência da multa de 10% e prosseguimento da execução, corresponderá



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

ao trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação.

O réu reputa-se intimado(a)(s) desta com a simples publicação em cartório, sendo desnecessária a intimação pessoal pois, nos termos do art. 322 do CPC: "contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório".

P.R.I.

São Carlos, 16 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**